



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



Junho/2015

Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de

**Analista de Controle Externo - Área: Controle Externo
Auditoria, Fiscalização e Avaliação da Gestão Pública
Auditoria Governamental**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I
Conhecimentos Específicos II

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos IICaso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a resposta da Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

Eduardo Coutinho, artista generoso

Uma das coisas mais bonitas e importantes da arte do cineasta Eduardo Coutinho, mestre dos documentários, morto em 2014, está em sua recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo. Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos, ele vê de perto pessoa por pessoa, surpreendendo-a, surpreendendo-se, surpreendendo-nos. Não lhe dizem nada expressões coletivistas como “os moradores do Edifício”, os “peões de fábrica”, “os sertanejos nordestinos”: os famigerados “tipos sociais”, usualmente enquadrados por chaves, dão lugar ao desafio de tomar o depoimento vivo de quem ocupa aquela quitinete, de investigar a fisionomia desse operário que está falando, de repercutir as palavras e os silêncios do morador de um povoado da Paraíba.

Essa dimensão ética de discernimento e respeito pela condição singular do outro deveria ser o primeiro passo de toda política. Nem paternalismo, nem admiração prévia, nem sentimentalismo: Coutinho vê e ouve, sabendo ver e ouvir, para conhecer a história de cada um como um processo sensível e inacabado, não para ajustar ou comprovar conceitos. Sua obsessão pela cena da vida é similar à que tem pela arte, o que torna quase impossível, para ele, distinguir uma da outra, opor personagem a pessoa, contrapor fato a perspectiva do fato. Fazendo dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho viveu como um homem/artista crítico para quem já existe arte encarnada no corpo e suspensa no espírito do outro: fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos, apresenta-se, mostra-se, mostra-o, mostra-nos.

(Armando Post, inédito)

1. Ao se referir à *recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo*, identificando-a como uma característica da arte de Eduardo Coutinho, o autor do texto enaltece a capacidade que tem esse cineasta de
- (A) reproduzir os lugares-comuns e as fórmulas conhecidas, aderindo aos valores socialmente aceitos e dados por nós como irrefutáveis.
 - (B) rejeitar as perspectivas estereotipadas que, de forma intempestiva, condicionam nosso modo de enxergar as coisas.
 - (C) desviar-nos da tentação de embaralhar a compreensão que temos da vida, quando ele simplifica e enrijece os valores pelos quais devemos nos guiar.
 - (D) dissipar os valores éticos, substituindo-os por critérios pessoais capazes de nos tornar mais determinados em nossas iniciativas.
 - (E) evitar decididamente os parâmetros estranhos aos códigos sociais já firmados, para que não nos enganemos na apreciação das coisas.

2. Atente para as seguintes afirmações sobre Eduardo Coutinho e sua arte:

- I. As *expressões coletivistas* referidas e exemplificadas no primeiro parágrafo são aquelas que ajudam o cineasta a reconhecer a contribuição original de cada cidadão no exercício de sua função social.
- II. Deve-se entender que, em seus documentários, o cineasta valoriza sobretudo a singularidade das pessoas retratadas, em vez de tomá-las como tipos sociais já identificados e rotulados.
- III. O foco de atenção que o cineasta faz incidir sobre as pessoas que retrata é tão intenso e bem trabalhado que elas surgem como personagens que se revelam para nós em toda a sua verdade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) A admiração pela arte de Eduardo Coutinho, patente nesse texto, justifica-se pelo fato de que o cineasta está preocupado em reconhecer a humanidade das criaturas retratadas, em vez de aceitar a visão estereotipada que se tem delas.
- (B) Patenteiam-se nesse texto a caracterização pessoal que Eduardo Coutinho atribui à seus personagens, cuja dimensão humana é assim admirada e afasta, deste modo, a visão já estereotipada que se costuma ter tanto dela como das demais criaturas.
- (C) É admirável como Eduardo Coutinho, a partir deste texto, revela toda uma arte pessoal quando deixa cair por terra as visões de um mundo pré-estabelecido, ao invés de fraglar, em cada uma das criaturas, a humanidade de um rosto inteiramente original.
- (D) Na medida em que o cineasta Eduardo Coutinho demonstra respeitar a visão original de suas criaturas, em vez de dotá-las como simples estereótipos, sua arte deve ser louvada pelo fato de contribuir para com uma visão crítica pela qual se ultrapassa os parâmetros banais.
- (E) Ao pautar sua arte por uma perspectiva original, em cujo valor jamais se afasta, Eduardo Coutinho não abre mão em favor das visões já viciosas que não nos permitem distinguir as pessoas, tomadas como se fossem tão somente tipos sociais extratificados.

4. Ocorre a transposição correta da voz ativa para a passiva, preservando-se a concordância adequada, no segmento:

- I. *Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos* = em vez de ser contemplado a distância por grupos e segmentos
- II. *para conhecer a história de cada um* = para se conhecer a história de cada um
- III. *fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos* = a câmera é fixada, os olhos e os ouvidos são abertos

Atende ao enunciado APENAS o que está em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



5. Os tempos e os modos verbais estarão corretamente articulados na frase:

- (A) Eduardo Coutinho, morto em 2014, destacara-se como um mestre dos documentários, cuja arte contemplasse o depoimento vivo, sempre que rejeitava o retrato estereotipado das pessoas.
- (B) A exemplo do que houvesse na arte de Eduardo Coutinho, o primeiro passo de toda política deveria ter levado em conta o respeito pela condição singular do outro, conquanto, para isso, surgiam dificuldades.
- (C) Caso não fizesse dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho não viveria como um artista crítico, para quem já houvesse arte encarnada no corpo e suspensão no espírito do outro.
- (D) Em seu processo criativo, Coutinho saberia ver e ouvir e, conseqüentemente, havia se acercado da história de cada um como um processo sensível e inacabado, sem que fosse necessário ajustar conceitos.
- (E) A obsessão que Coutinho demonstraria pela cena da vida era similar à que tivesse pela arte, e isso fez com que seja quase impossível, para Coutinho, opor personagem a pessoa.

6. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na seguinte frase:

- (A) A perspectiva ética aonde Coutinho manifesta todo o respeito pela pessoa que retrata é uma das características nas quais seus filmes se distinguem.
- (B) O paternalismo e o sentimentalismo, posições das quais muitos se agarram para tratar o outro, não são atitudes por onde Coutinho tenha mostrado qualquer inclinação.
- (C) As expressões coletivistas, com cujas Coutinho jamais se entusiasmou, são chavões em que se deixam impressionar as pessoas de julgamento mais apressado.
- (D) As pessoas por quem Coutinho se interessasse eram retratadas de modo a ter destacados os atributos pelos quais ele se deixara atrair.
- (E) Os paradigmas já mecanizados, nos quais muitos se deixam nortear, não mereciam de Coutinho nenhum crédito, pois só lhe importava a singularidade de cuja as pessoas são portadoras.

7. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:

- (A) A rejeição que demonstra Coutinho a preconceitos sociais (**distinguir**) sua obra da de outros documentaristas.
- (B) Grupos ou classes sociais, numa visão a distância, não (**merecer**) desse cinasta qualquer atenção especial.
- (C) Não (**dever**) satisfazer-se um bom documentarista com os paradigmas já cristalizados.
- (D) Aos tipos sociais já reconhecidos (**faltar**) a imprescindível singularização dos indivíduos.
- (E) Sertanejos nordestinos e peões de fábrica são designações que não (**derivar**) senão de uma mera tipologia.

Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao seguinte fragmento de um pensador ilustrado do século XVIII:

Do adultério

O adultério é um crime para todos os povos da terra; o adultério das mulheres, entenda-se, visto terem sido os homens que fizeram as leis. Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba, introduz nas famílias herdeiros estranhos. Acrescente-se a essas razões a crueldade do ciúme, e não será surpreendente que em tantas nações, mal saídas do estado selvagem, o espírito de propriedade tenha decretado a pena de morte para sedutores e seduzidas.

(VOLTAIRE, **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63-64)

8. Ao considerar o adultério como crime que penaliza sobretudo as mulheres, Voltaire estabelece uma íntima conexão entre
- (A) o preconceito masculino e a moralidade religiosa.
 - (B) a ética própria do século XVIII e a capacidade feminina de sedução.
 - (C) a origem autoral da legislação e o direito de propriedade.
 - (D) a volubilidade masculina e o oportunismo feminino.
 - (E) a administração política e os direitos da família.

9. *Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba.*

Dando nova redação à frase acima, ela se manterá coerente e formalmente correta em:

- (A) Ainda que se vejam como proprietários, os homens consideram que o adultério as rouba, tal e qual pode acontecer com um de seus bens.
- (B) Os homens entendem o adultério como um roubo, uma vez que consideram suas esposas um bem de que um terceiro se apropria.
- (C) Como as esposas são bens inalienáveis dos homens, qualifica-se como roubo aquele que as usurpam de seu legítimo proprietário.
- (D) Uma vez premeditado o adultério como um roubo, os homens passam a ver suas esposas como parte de seu patrimônio do qual foi usurpado.
- (E) Não obstante se considere que as esposas sejam parte de seus bens, os homens passam a ver como um roubo o adultério que os privam delas.

10. As leis? Ora, como são os homens que elaboram as leis, eles usam essas leis a seu favor, dão a essas leis um caráter coercitivo, tornam essas leis um instrumento de penalização das mulheres adúlteras.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) elaboram-nas – usam-lhes – dão-lhes – tornam-lhes
- (B) as elaboram – usam-nas – dão-nas – as tornam
- (C) elaboram-lhes – as usam – lhes dão – lhes tornam
- (D) elaboram-nas – lhes usam – dão a elas – tornam-lhes
- (E) as elaboram – usam-nas – dão-lhes – tornam-nas

**Direito Constitucional**

11. A Constituição Federal, embora preveja a emenda constitucional como instrumento de alteração de seu texto,
- (A) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional a lei complementar que preveja direitos e garantias individuais além daquelas já acolhidas no texto constitucional.
 - (B) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional a lei ordinária em matéria de garantias individuais, desde que seja aprovada em cada uma das Casas Legislativas por três quintos dos votos de seus membros.
 - (C) reconhece como tendo hierarquia de norma constitucional tratado internacional que verse sobre qualquer matéria, desde que aprovado mediante o mesmo procedimento previsto para a emenda constitucional.
 - (D) veda a aprovação de emenda constitucional nos seis meses que antecederem as eleições federais e estaduais, salvo se a proposta for subscrita por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (E) veda a aprovação de emenda constitucional que suprima a autonomia de Estados e Municípios em relação à União.
12. Considerando a necessidade de elevar arrecadação tributária e de reduzir as despesas da Administração pública, foi aprovada lei estadual que determinou, entre outras medidas, que
- I. a rede pública estadual de saúde somente fornecerá medicamentos para os indivíduos nascidos no próprio Estado.
 - II. a alíquota do imposto sobre propriedade de veículos automotores será 2% mais elevada para os contribuintes nascidos em outras regiões do território nacional.
 - III. seja extinto o benefício do décimo terceiro salário pago aos servidores públicos.
- É INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal a determinação legal constante em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) III, apenas.
13. Servidor público estadual ocupante de cargo de Procurador do Estado teve sua aposentadoria concedida em 2014, após completar os requisitos constitucionais. Atualmente, na inatividade, foi aprovado em concurso público para emprego de advogado em empresa pública estadual, tendo tomado posse. De acordo com a Constituição Federal, é
- (A) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, tendo o servidor o direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego, ao completar os requisitos constitucionais.
 - (B) admissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas o servidor não terá direito a uma segunda aposentadoria decorrente da relação de emprego.
 - (C) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, podendo o Tribunal de Contas do Estado considerar ilegal a acumulação.
 - (D) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas apenas o Poder Judiciário poderá considerar ilegal a acumulação, nos termos da Constituição Federal.
 - (E) inadmissível a percepção simultânea da remuneração do emprego público com os proventos da aposentadoria anteriormente concedida, mas a Administração pública não poderá declarar a ilegalidade da cumulação, sequer mediante prévio processo judicial, considerando o direito adquirido do servidor.
14. A autoridade federal competente para julgar processo administrativo de imposição de multa decidiu por aplicar a pena de multa ao administrado, impondo-lhe, ainda, o ônus de depositar o respectivo valor como condição de admissibilidade do recurso administrativo cabível.
- Sabendo que a exigência da autoridade administrativa contraria teor da súmula vinculante 21 (segundo a qual é *inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo*), o administrado pretende propor reclamação constitucional para que não seja obrigado a depositar o valor da multa como condição de admissibilidade do recurso administrativo.
- De acordo com a Constituição Federal, a reclamação constitucional é, em tese,
- (A) incabível.
 - (B) cabível, devendo ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) cabível, devendo ser proposta perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) cabível, devendo ser proposta perante o Tribunal Regional Federal competente.
 - (E) cabível, devendo ser proposta perante a autoridade administrativa superior.



15. Considerando que a despesa com pessoal ativo e inativo vinculado ao Poder Executivo do Estado superou o limite estabelecido em lei complementar, o Governador determinou a redução em 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, as medidas tomadas pelo Estado foram insuficientes para que o limite da despesa com pessoal ativo e inativo fosse atingido no prazo previsto na Lei Complementar, o que motivou a União a suspender os repasses de verbas federais ao Estado. A determinação do Governador para a redução em 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança
- (A) é incompatível com a Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. Também incompatibiliza-se com a Constituição Federal a determinação da União.
- (B) é incompatível com a Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, é compatível com a Constituição Federal a determinação da União.
- (C) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. No entanto, a determinação da União é inconstitucional.
- (D) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a determinação da União. No entanto, o ato do Governador que prescreveu a exoneração de servidores não estáveis é inconstitucional.
- (E) encontra respaldo na Constituição Federal, assim como a exoneração de servidores não estáveis. Também compatibiliza-se com a Constituição Federal a determinação da União.
- Direito Administrativo**
16. O princípio da eficiência constante da Constituição da República possui conteúdo variável, relacionado com a finalidade da atuação da Administração pública, de modo que
- (A) não se aplica aos entes da Administração pública indireta, tendo em vista a submissão a regime jurídico de direito privado, que está adstrito a persecução de lucro.
- (B) tem lugar sempre que a observância das disposições normativas expressas constitua em cronograma de atuação mais longo, pois permite excepcioná-las, na busca por melhores resultados econômicos.
- (C) sempre que a Administração pública tiver que optar entre duas soluções para a mesma problemática, decidirá por aquela que represente auferição de maior lucratividade.
- (D) somente se aplica às empresas estatais que não sejam prestadoras de serviço público, posto que a finalidade lucrativa, diretriz principal daquele princípio, é inerente à atuação das exploradoras de atividade econômica.
- (E) nem sempre significa o direcionamento da ação estatal a juízos puramente econômicos, recomendando a utilização mais satisfatória dos recursos públicos caso a caso.
17. A Constituição da República estabelece uma série de competências e atribuições para o Poder Público em favor da população. A execução material dessas atividades
- (A) deve se dar em regime de exclusividade pelos entes federados indicados na Constituição Federal, caso contrário, perdem a qualificação de serviços públicos.
- (B) depende de delegação à iniciativa privada, a fim de garantir o volume de investimentos necessários ao bom desempenho, sob a forma de permissão ou concessão.
- (C) pode se dar em regime de exclusividade ou não, admitindo-se a delegação à iniciativa privada nos termos da lei, que pode autorizar a outorga da titularidade por tempo determinado e mediante remuneração proporcional a tanto.
- (D) pode ser atribuída à iniciativa privada, sem prejuízo de eventual prestação direta, mas se estiverem sujeitos à livre iniciativa, prescindindo de delegação ou mesmo autorização, não se consubstanciam em serviço público.
- (E) pode ser feita somente pelos entes integrantes da Administração direta e indireta, tendo em vista que deve observar o regime jurídico de direito público.
18. A Administração pública lançou um edital para contratação de serviço de fornecimento de merenda escolar para a rede pública de ensino fundamental, com base na Lei nº 8.666/1993. Escolheu o critério de técnica e preço para o julgamento das propostas. Em sede de exame prévio de edital, o Tribunal de Contas competente apontou a ilegalidade do critério escolhido, diante do objeto da contratação, e determinou a suspensão do procedimento. Um empresário do setor interessado na contratação do fornecimento, não satisfeito, ingressou com ação popular, observando os requisitos de cabimento e legitimidade, pleiteando o cancelamento do certame e nova confecção de edital. O Poder Judiciário
- (A) tal qual o Tribunal de Contas, não pode interferir na licitação em curso, sob pena de ingressar no juízo discricionário da Administração pública, à qual compete a escolha do critério de julgamento das licitações que promover.
- (B) não pode analisar o edital, limitando-se apenas a manter a suspensão já determinada, tendo em vista que a matéria já está sendo objeto de exame na Corte de Contas, evitando, assim, decisões conflitantes.
- (C) pode anular a licitação, tendo em vista que o fundamento da decisão está adstrito à ilegalidade do critério estabelecido em desconformidade com a Lei nº 8.666/1993, não obstante já tenha havido impugnação no Tribunal de Contas.
- (D) exerce controle externo sobre os atos praticados pela Administração pública, de modo que lhe é permitido apreciar os aspectos legais das licitações promovidas pelo Poder Público, bem como a respeito da economicidade e vantajosidade, independentemente de interferirem na legalidade.
- (E) pode suspender o certame, uma vez que o Tribunal de Contas já apreciou e lançou apontamentos ao edital, vedada, no entanto, a anulação do certame, devendo se aguardar eventual celebração do contrato para análise do cabimento de sua anulação, pois somente esse ato pode ensejar prejuízo à Administração.



19. Josué é funcionário público, ocupando cargo efetivo no quadro da Secretaria da Fazenda Estadual. Em razão de sua formação superior na área de ciências contábeis, foi convidado a ocupar a função de diretor financeiro da empresa estatal que atua na exploração de rodovias estaduais. Josué, não obstante tenha se interessado pelo convite, ficou com receio de que seu afastamento desfavorecesse os direitos e vantagens a que faz jus como titular de cargo efetivo. A propósito desse aspecto, a Lei nº 9.826/1974 estabelece que

- (A) os direitos e vantagens conferidos aos ocupantes de cargos públicos efetivos não se transferem aos ocupantes de empregos públicos, posto que estes prescindem de concurso público para serem preenchidos.
- (B) o afastamento de funcionário público ocupante de cargo efetivo não impacta no recebimento de nenhum direito ou vantagem, em razão da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos.
- (C) em se tratando de ocupar outro cargo estadual de provimento em comissão, o tempo de serviço será computável para todos os fins em favor do servidor Josué.
- (D) é vedado o afastamento de servidor público ocupante de cargo efetivo para ocupar outro cargo na Administração pública, tendo em vista que equivaleria a colocar o cargo original em disponibilidade.
- (E) apenas o afastamento que dependa de autorização legislativa pode ser computado como tempo de efetivo serviço.

20. Durante a realização de um Festival de Rodeio e Gastronômico, foi feita uma denúncia anônima indicando suposta armazenagem de alimentos *in natura* no mesmo ambiente em que estavam instalados alguns animais que participariam das apresentações culturais do evento. A Administração pública competente destacou delegação para apuração das denúncias. No local, os agentes públicos constataram que, além da armazenagem inadequada dos alimentos, os animais estavam sofrendo maus-tratos. Diante desse quadro, os agentes públicos, considerando a competência legal que desempenham,

- (A) devem interditar o local onde foram constatadas as ilegalidades e lavrar auto de infração, a fim de impedir que sejam causados danos à saúde dos frequentadores do evento, diferindo a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (B) devem instaurar processo administrativo emergencial para punição dos responsáveis, sendo possível requerer ao superior a emissão de auto de lacração do evento.
- (C) podem lavrar boletim de ocorrência e propor ao Ministério Público o ajuizamento de ação civil para responsabilização civil dos organizadores do evento.
- (D) devem ajuizar ação judicial, pleiteando tutela de urgência para interdição do estabelecimento onde foram constatadas as ilegalidades.
- (E) precisam de autorização judicial para ingressar no evento, a fim de levar a efeito a fiscalização determinada pelas autoridades.

Controle Externo

21. A Constituição do Estado do Ceará estabelece que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE, sob pena de

- (A) multa.
- (B) exoneração.
- (C) demissão a bem do serviço público.
- (D) responsabilidade solidária.
- (E) responsabilidade subsidiária.

22. No exercício do controle externo, uma das medidas que pode ser adotada é a sustação de contratos. Nos termos da Constituição Federal, esse ato de sustação será adotado diretamente pelo

- (A) Tribunal de Contas.
- (B) Congresso Nacional.
- (C) Plenário do Tribunal de Contas.
- (D) Presidente da República.
- (E) Ministério Público.

23. Os Ministros do Tribunal de Contas da União e os Conselheiros do TCE-CE terão, respectivamente, as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens do

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Juiz de Direito da mais elevada entrância.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Desembargador do Tribunal de Justiça.
- (D) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Juiz de Direito da mais elevada entrância.
- (E) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Desembargador do Tribunal de Justiça.

24. Sobre a competência do TCE-CE, prevista na sua Lei Orgânica, é correto afirmar que

- (A) a fiscalização contábil do Ministério Público Estadual, por ser órgão autônomo, somente poderá ocorrer por solicitação da Assembleia Legislativa.
- (B) abrange fazer a análise trimestral dos balancetes de arrecadação a cargo do Estado do Ceará.
- (C) cabe apreciar, para fins de registro, a concessão de melhorias posteriores que não alterem a fundamentação legal do ato concessório de aposentadoria.
- (D) pode representar o poder competente sobre irregularidades ou abusos, exceto quanto aos Secretários de Estado.
- (E) deve apreciar, mensalmente, as contas prestadas pelo Governador do Estado.



25. Durante a execução dos seus trabalhos, numa das Câmaras do TCE-CE houve fundada arguição de inconstitucionalidade não decidida pelo Plenário. Nesse caso, a Câmara poderá
- (A) remeter os autos ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) remeter os autos ao julgamento pelo Plenário.
 - (C) julgar o processo no estado em que se encontra.
 - (D) sobrestar o julgamento até que ela mesma verifique a plausibilidade do argumento.
 - (E) trancar a pauta até que o Plenário se manifeste sobre o caso.

Economia do Setor Público

26. As externalidades resultam das ações de indivíduos e firmas que consideram apenas seus benefícios e custos privados, não observando os benefícios e custos sociais. Nesse sentido, é correto afirmar:
- (A) A Lei de Desarmamento sancionada pelo Governo Federal na década passada utilizou um subsídio para incentivar os cidadãos a reforçar uma externalidade positiva: a redução das armas de fogo em posse de civis, visando à diminuição dos acidentes domiciliares.
 - (B) A Guerra Fiscal entre os governos estaduais não pode ser considerada uma externalidade, pois a decisão de um estado de reduzir o ICMS para atrair novas empresas não afeta a base de arrecadação das outras unidades da federação.
 - (C) Os problemas associados à emissão de poluentes na atmosfera podem ser corrigidos por meio do livre jogo das forças de mercado.
 - (D) Os congestionamentos nas grandes cidades brasileiras resultam da interação entre oferta e demanda no mercado de automóveis, não podendo ser entendida como uma externalidade, dado que é um direito de todo cidadão utilizar seu automóvel.
 - (E) A forma de correção de uma externalidade é sempre a regulamentação governamental dos mercados em que se dá a existência daquelas, pois soluções via mercado são incapazes de contornar tal problema.

27. A carga tributária é definida como a parcela da renda interna destinada aos cofres do setor público. Sobre ela, no caso brasileiro, tem-se que
- (A) a arrecadação de impostos indiretos constitui uma das principais fontes de recursos para todos os entes federativos.
 - (B) a cobrança do ICMS é motivo de harmonização tributária entre os estados da federação e suas subunidades municipais, os quais dividem a prerrogativa da arrecadação desse imposto.
 - (C) a contribuição sobre intervenção no domínio econômico é um imposto estadual, destinado à construção de ferrovias estaduais e de portos secos com vistas à melhor utilização do território nacional.
 - (D) o imposto de renda é um tributo federal que incide apenas indiretamente sobre a renda dos contribuintes, pois sua alíquota varia de acordo com as faixas de renda dos cidadãos.
 - (E) a carga tributária líquida é sempre maior do que a carga tributária bruta, pois esta última definição desconsidera as transferências que o governo deve efetuar por lei para os contribuintes.

28. Dentre as funções econômicas do governo, a função
- (A) econômica moderadora do Estado atua por meio da expansiva criação de empresas estatais que substituam o setor privado quando o poder econômico deste último tende a violar os princípios de justiça social, no sentido de Pareto.
 - (B) distributiva do Estado, faz uso da política monetária para efetuar transferências de recursos entre contribuintes com diferentes níveis de conhecimento técnico e educacional, por serem estes os principais fatores condicionantes do sucesso econômico via mercado.
 - (C) estabilizadora faz uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso qualitativo dos recursos nacionais, direcionando o setor privado na produção de externalidades positivas e na mitigação daquelas de natureza danosa à eficiência econômica.
 - (D) econômica normativa do governo, decorre diretamente da possibilidade de violação dos princípios da economia pública, como a desigualdade social e elevação da criminalidade, bem como o descontrole do gasto público em esferas subnacionais.
 - (E) alocativa prevê ajustamentos na alocação de recursos com vistas à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia e refere-se à possibilidade de economias externas ou necessidades coletivas, como infraestrutura econômica.

29. As Necessidades de Financiamento do Setor Público – NFSP NÃO
- (A) dependem, dentre outros fatores, do déficit fiscal do governo.
 - (B) podem ser financiadas por emissão de títulos públicos.
 - (C) denotam a variação da dívida líquida do setor público somada ao saldo líquido dos ajustes patrimoniais do setor público.
 - (D) representam o estoque total da dívida pública de um país.
 - (E) dependem da diferença entre o serviço de juros da dívida pública e o superávit primário.

30. Sobre o modelo brasileiro de federalismo fiscal, é correto afirmar:
- (A) Os municípios são responsáveis pela arrecadação de impostos sobre patrimônio de baixa mobilidade, como o Imposto Territorial Rural – ITR e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, cabendo aos estados o recolhimento do Imposto sobre Veículos Automotores – IPVA, outra forma de tributação de patrimônio.
 - (B) A heterogeneidade dentro da federação quanto à renda, às condições de vida, ao grau de urbanização, ao tamanho dos estados e municípios não afeta os níveis de capacidade administrativa e fiscal das unidades estaduais e locais, pois as demandas por serviços se ajustam às características locais.
 - (C) A tributação do consumo é compartilhada apenas entre o governo federal, que recolhe o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e os estados, que coletam o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
 - (D) O Fundo de Participação dos Estados é um instrumento apenas marginalmente redistributivo, haja vista que apenas 15% dos recursos são destinados aos estados da federação, partilhados em direta proporção à renda *per capita* de cada unidade federativa.
 - (E) A Constituição promulgada em 1988 refletiu o conflito federativo no país ao determinar a repartição das principais fontes da arrecadação federal (IPI e IR) com estado e municípios, além de estabelecer que qualquer novo imposto criado pela União deve ser partilhado com os outros níveis de governo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Auditoria Governamental**

31. Os elementos de convicção dos trabalhos efetuados pelo profissional de auditoria governamental, devidamente documentados, e que devem ser adequados, relevantes e razoáveis para fundamentar a opinião e as conclusões, segundo as Normas de Auditoria – aplicáveis ao controle externo, são denominados de
- (A) relatórios de auditoria.
 - (B) achados de auditoria.
 - (C) procedimentos de auditoria.
 - (D) evidências de auditoria.
 - (E) certificados de auditoria.
-
32. Determinado servidor do Tribunal de Contas foi designado para realizar trabalhos de auditoria governamental em determinada entidade do setor público. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAGs, a execução destes trabalhos NÃO inclui
- (A) a avaliação de controles, eventos, operações e transações.
 - (B) o exame de registro e documentos.
 - (C) a obtenção da opinião do ente auditado.
 - (D) a documentação das informações em meio eletrônico ou físico.
 - (E) a identificação dos responsáveis pelos prejuízos apurados, quando houver.
-
33. Determinado Tribunal de Contas pretende realizar auditoria em um hospital público estadual, com o objetivo de verificar a regularidade das compras de medicamentos. Segundo as Normas de Auditoria – NAT, um dos modos mais efetivos para assegurar que um relatório seja imparcial, objetivo e completo é
- (A) submeter os achados de auditoria, preliminarmente à emissão do relatório, ao responsável pelo controle interno da entidade auditada, para que efetue as devidas correções.
 - (B) encaminhar cópia do relatório preliminar aos responsáveis pelas impropriedades e infringências detectadas na auditoria para que apresentem defesa.
 - (C) submeter o relatório preliminar para obtenção de comentários por parte dos dirigentes da entidade auditada.
 - (D) contratar especialistas no objeto a ser auditado e elaborar o relatório após dar ciência dos resultados alcançados aos dirigentes da entidade auditada.
 - (E) emitir o relatório de auditoria após a análise da defesa apresentada por parte dos dirigentes da entidade auditada.
-
34. A auditoria realizada em determinada autarquia pública na qual o relatório emitido pelos auditores aborda os aspectos da economicidade e da eficiência na aquisição e aplicação dos recursos, assim como da eficácia e da efetividade dos resultados alcançados, refere-se à auditoria
- (A) operacional.
 - (B) de acompanhamento de gestão.
 - (C) de avaliação de gestão.
 - (D) orçamentária.
 - (E) de gestão de recursos.
-
35. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da Administração direta e indireta será exercida mediante o controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder. No âmbito do Estado do Ceará, uma auditoria de natureza patrimonial em determinada secretaria estadual, por iniciativa da Assembleia Legislativa, será realizada
- (A) pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.
 - (B) pelo Tribunal de Contas do Estado.
 - (C) pela Auditoria Interna da secretaria.
 - (D) pelo Tribunal de Contas dos Municípios.
 - (E) pela comissão permanente de fiscalização e controle da Assembleia Legislativa.



36. Nas auditorias realizadas sobre processo de prestação de contas anual, no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, o documento que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as falhas identificadas, bem como avaliará a eficiência e a eficácia da gestão, inclusive quanto à economia na utilização dos recursos públicos, submetendo os autos à autoridade ministerial para pronunciamento e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União, é denominado de
- (A) parecer do dirigente do órgão de controle interno.
 - (B) papéis de trabalho de auditoria de gestão.
 - (C) relatório anual de contas do órgão de controle interno.
 - (D) parecer dos auditores do órgão de controle interno.
 - (E) registro de constatações de auditoria de gestão.
-
37. A gestão fiscal, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, será fiscalizada no âmbito do controle externo pelos Tribunais de Contas. Dentre as ênfases da fiscalização, NÃO se
- (A) inclui a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.
 - (B) incluem os limites e as condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
 - (C) incluem as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.
 - (D) inclui o atingimento das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) inclui o cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
-
38. Em determinada empresa pública estadual, está planejado para o mês de agosto de 2015 a realização de auditoria interna nas contas do ativo imobilizado da empresa. Assim, para alcançar os objetivos da auditoria serão aplicados testes de auditoria. Segundo a NBC TI 01, visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade os testes de auditoria denominados de
- (A) verificações.
 - (B) substantivos.
 - (C) confirmações.
 - (D) observância.
 - (E) controles.
-
39. Na auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2014 da Companhia de Distribuição de Águas e Limpeza de Mananciais do Estado, o auditor constatou diversas distorções. Tendo o auditor obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluiu que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis. Nestas condições, de acordo com as Normas de Auditoria NBC TAs, deve o auditor
- (A) considerar as demonstrações contábeis irregulares.
 - (B) expressar uma opinião adversa.
 - (C) considerar as demonstrações contábeis regulares, com ressalvas.
 - (D) expressar uma opinião sem ressalva, mas com recomendação.
 - (E) expressar uma opinião com ressalva.
-
40. No exame das contas bancárias – Bancos Conta Movimento do Balanço Patrimonial da Empresa de Distribuição de Gás e Gasolina para os hospitais estaduais, o auditor independente constatou que o encarregado da tesouraria da entidade desviou R\$ 90.000,00 para conta bancária própria. Para justificar-se, foi apresentada ao auditor a quitação de uma duplicata referente a uma compra fictícia. Segundo às Normas de Auditoria – NBC TAs, o ato praticado pelo encarregado da tesouraria caracteriza
- (A) uma fraude, cuja responsabilidade pela prevenção e detecção é do auditor independente.
 - (B) um roubo, cuja responsabilidade pela prevenção e detecção é do controle interno da entidade.
 - (C) uma fraude, cuja responsabilidade pela prevenção e detecção é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.
 - (D) um desvio de ativo, cuja responsabilidade pela prevenção e detecção é do conselho fiscal da entidade.
 - (E) uma evidência de auditoria que produz distorções irrelevantes nas demonstrações contábeis da entidade.

**Administração Financeira e Orçamentária**

41. Considere que, hipoteticamente, o projeto da Lei Orçamentária Anual do Estado do Ceará teve de ser alterado porque não previa as operações de crédito autorizadas em lei. Da forma como foi originalmente apresentado havia afronta ao princípio orçamentário
- (A) da universalidade.
(B) da anualidade.
(C) da não vinculação.
(D) do orçamento bruto.
(E) da discriminação.
42. A proposta da Lei Orçamentária Anual deve ser encaminhada pelo Poder Executivo ao Legislativo acompanhada de exposição circunstanciada da situação econômico-financeira. Essa exposição é denominada
- (A) razão orçamentária.
(B) tabela explicativa.
(C) mensagem.
(D) exposição orçamentária.
(E) fundamentação orçamentária.
43. Os créditos da Fazenda Pública Estadual provenientes de obrigação legal relativa ao IPVA, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, devem ser inscritos, na forma da legislação própria, como
- (A) dívida ativa não tributária.
(B) dívida ativa tributária.
(C) crédito tributário ativo.
(D) crédito tributário vencido.
(E) dívida tributária vencida.
44. As autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são denominadas créditos adicionais e terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que foram abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos
- (A) extraordinários e suplementares.
(B) extraordinários e especiais.
(C) suplementares, extraordinários e especiais.
(D) suplementares e especiais.
(E) suplementares.
45. Durante o exercício de 2014 o Governo do Estado do Ceará teve despesas com a manutenção de serviços anteriormente criados, a exemplo da adaptação de bens imóveis. Essas despesas devem ser classificadas como
- (A) de capital.
(B) imobiliárias.
(C) subvenções econômicas.
(D) transferências correntes.
(E) de custeio.
46. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE realizou evento de orientação aos entes por ele fiscalizados. Naquela oportunidade, o representante de uma sociedade, cuja maioria do capital social com direito a voto pertence indiretamente ao Estado do Ceará, questionou se essa sociedade, que recebeu recursos financeiros do Governo do Ceará para pagamento de despesas com pessoal, estava sujeita ou não aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A resposta do TCE-CE foi afirmativa, tendo em vista que essa sociedade se enquadra no conceito de empresa
- (A) paraestatal de capital controlado.
(B) paraestatal dependente.
(C) estatal dependente.
(D) paraestatal controlada.
(E) estatal de capital controlado.
47. O instrumento de planejamento que deve dispor sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, além das condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas é
- (A) o Plano Plurianual.
(B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(C) a Lei Orçamentária Anual.
(D) o Plano Nacional Orçamentário.
(E) o Anexo de Riscos Fiscais.
48. Suponha que, em 2014, o Prefeito de um município do Ceará procurou o Governo do Estado e solicitou o repasse de transferências voluntárias, cujo pleito foi atendido. Em 2015, o TCE-CE fiscalizou as contas dos Poderes desse beneficiário e verificou que a despesa total com pessoal do município, com base na receita corrente líquida, encontrava-se em 65%. Nos termos da LRF, essa transferência voluntária deverá ser cessada, salvo se relacionada a ações do setor de
- (A) transportes.
(B) segurança pública.
(C) defesa civil.
(D) assistência social.
(E) obras públicas.
49. A respeito do suprimento de fundos, considere:
- I. aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei.
II. consiste na entrega de numerário a servidor.
III. o empenho pode ser prévio, se sabido o valor da despesa, ou *a posteriori*.
IV. destinado apenas às despesas que se subordinam ao processo normal de aplicação.
- São requisitos para a concessão do suprimento de fundos o que consta APENAS em
- (A) I, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) II e IV.
(D) III e IV.
(E) I e II.
50. Nos termos da LRF, o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado do Ceará assumidas em virtude de contratos é denominada
- (A) dívida pública consolidada.
(B) dívida pública mobiliária.
(C) operação de crédito.
(D) refinanciamento da dívida pública.
(E) obrigações públicas consolidadas.



Contabilidade Geral

51. A Indústria Cearense de Máquinas S.A. vendeu, em 02/01/2012, 80% das suas ações para a empresa Só Participações S.A., a qual passou a deter o controle sobre ela. O Patrimônio Líquido contábil da Indústria Cearense de Máquinas S.A. era R\$ 100.000.000,00, na data da aquisição, e a Só Participações S.A. pagou R\$ 72.000.000,00 pela participação adquirida. O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Indústria Cearense de Máquinas S.A., na data da negociação das ações, era R\$ 120.000.000,00 e a diferença para o seu Patrimônio Líquido contábil se referia ao valor justo de um terreno que estava registrado pelo valor de custo. No ano de 2012, a Indústria Cearense de Máquinas S.A. apurou um lucro líquido de R\$ 16.000.000,00. O valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2012, nas demonstrações contábeis individuais da empresa Só Participações S.A., foi, em reais,
- (A) 88.000.000,00.
 (B) 92.800.000,00.
 (C) 108.800.000,00.
 (D) 84.800.000,00.
 (E) 96.000.000,00.

52. A empresa Tudo Novo S.A. apresentava, em 31/12/2013, os seguintes saldos para as contas que compõem seu Patrimônio Líquido, antes da incorporação do lucro líquido do ano de 2013 e da sua distribuição:

Conta	R\$
Capital Social	2.850.000,00
Reservas de Capital	300.000,00
Reserva Legal	510.000,00
Reservas para Expansão	300.000,00
Reservas de Lucros a Realizar	120.000,00
Total	4.080.000,00

O resultado obtido pela empresa em 2013, antes da dedução dos impostos, foi R\$ 1.500.000,00 e o lucro líquido foi R\$ 1.140.000,00.

A empresa adota como política constituir a Reserva Legal até o menor dos limites permitidos pela Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.

O valor acrescido à conta Reserva Legal no final de 2013 foi, em reais,

- (A) 75.000,00.
 (B) 57.000,00.
 (C) 60.000,00.
 (D) 0,00.
 (E) 45.000,00.

53. O valor total contabilizado como provisões por uma empresa, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, foi R\$ 1.000.000,00. Este valor correspondia aos seguintes processos:

Processo	Montante Estimado (R\$)
Processo Trabalhista	320.000,00
Processo Ambiental	200.000,00
Processo Fiscal	480.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial em 31/12/2014 os valores destes processos foram revisados, assim como a probabilidade de perda pela empresa foi reavaliada pelo departamento jurídico que apresentou as informações constantes na tabela a seguir. Foram incluídas também as informações sobre dois novos processos a que a empresa passou a responder. As informações consolidadas sobre todos os processos são:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Processo Trabalhista	400.000,00	Provável
Processo Ambiental	280.000,00	Possível
Processo Fiscal	460.000,00	Provável
Processo Cível 1 (novo)	450.000,00	Remota
Processo Fiscal 2 (novo)	320.000,00	Provável

Com base nas informações constantes das tabelas anteriores e nos critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor evidenciado na demonstração do Resultado de 2014 correspondente aos processos foi

- (A) despesa no valor de R\$ 1.180.000,00.
 (B) despesa no valor de R\$ 180.000,00.
 (C) receita no valor de R\$ 200.000,00.
 (D) despesa no valor de R\$ 380.000,00.
 (E) receita no valor de R\$ 720.000,00.



54. Um lote de determinada mercadoria foi adquirida por R\$ 2.000.000,00 à vista. A empresa compradora retirou a mercadoria no depósito do fornecedor e gastou R\$ 40.000,00 para fazer o transporte desta mercadoria até o seu depósito.

A compra ocorreu em 15/05/2014 e até 15/11/2014 a empresa vendeu 80% deste lote pelo valor de R\$ 1.900.000,00. Sabendo-se que não há incidência de qualquer tributo na compra e na venda das mercadorias e que a empresa não tinha estoque anterior, a Demonstração do Resultado de 2014, em relação exclusivamente à compra e à venda das mercadorias descritas, evidenciará Resultado Bruto com Vendas no valor de

- (A) R\$ 268.000,00.
- (B) R\$ 300.000,00.
- (C) R\$ 300.000,00 e Despesa com frete no valor de R\$ 40.000,00.
- (D) R\$ 268.000,00 e Despesa com frete no valor de R\$ 40.000,00.
- (E) R\$ 260.000,00.

55. Uma empresa adquiriu uma máquina pelo valor de R\$ 11.000.000,00. A compra ocorreu em 31/12/2011, a empresa definiu a vida útil econômica em dez anos e estimou que a máquina será vendida ao final de sua vida útil por R\$ 2.000.000,00 (valor líquido das despesas estimadas de venda).

Em 02/01/2014, a empresa redefiniu sua política de substituição de equipamentos e estabeleceu que utilizaria a máquina por apenas mais cinco anos. No final deste período adicional de cinco anos o valor líquido de venda da máquina foi estimado em R\$ 3.500.000,00.

A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação e sabe-se que não houve necessidade de ajuste por redução ao valor recuperável (*"impairment"*).

O valor da despesa de depreciação apresentado na Demonstração do Resultado de 2014 e o valor contábil do ativo evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 foram respectivamente, em reais,

- (A) 1.100.000,00 e 7.700.000,00.
- (B) 1.140.000,00 e 8.060.000,00.
- (C) 1.140.000,00 e 6.060.000,00.
- (D) 740.000,00 e 6.460.000,00.
- (E) 900.000,00 e 8.300.000,00.

56. Uma empresa está captando recursos no mercado de capitais e emitiu 50.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 4,00 com o objetivo de obter um total de recursos no valor de R\$ 200.000.000,00. As características das debêntures emitidas foram as seguintes:

- Data da emissão: 02/01/2014
- Prazo total: 20 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano (prefixada)
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 23.491.924,95
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 552.890,20

Como há uma tendência de redução das taxas de juros nos próximos anos, houve uma grande procura pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 215.000.000,00, fazendo com que o custo efetivo final da emissão fosse 9,0% ao ano.

Considerando que a primeira parcela anual foi paga em 31/12/2014, o saldo apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2014 e o valor total dos encargos financeiros apropriados no resultado de 2014, relativos às debêntures emitidas, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 220.000.000,00 e 20.552.890,20.
- (B) 210.808.314,93 e 19.300.239,88.
- (C) 210.858.075,05 e 19.902.890,20.
- (D) 210.255.424,73 e 19.300.239,88.
- (E) 213.008.075,05 e 19.902.890,20.



57. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2013 e 31/12/2014 e a Demonstração do Resultado do ano 2014 da empresa Armas da Paz S.A. são apresentados nos dois quadros a seguir (Valores em reais):

Armas da Paz S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2013 e 31/12/2014

ATIVO	31/12/2013	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2013	31/12/2014
Ativo circulante	728.000	1.144.000	Passivo circulante	624.000	1.043.120
Caixa e Equivalentes de Caixa	240.000	488.000	Fornecedores	264.000	261.600
Valores a Receber de Clientes	224.000	292.000	Empréstimos	350.000	776.000
(-) Perdas Estimadas com Clientes	-	(28.000)	Dividendos a pagar	10.000	5.520
Estoques	264.000	392.000			
Ativo não circulante	576.000	672.000	Passivo não circulante	-	80.000
Investimentos			Provisões	-	80.000
Participações em empresas	56.000	144.000			
Imobilizado			Patrimônio Líquido	680.000	692.880
Equipamentos	336.000	528.000	Capital Social	600.000	600.000
Imóveis	184.000	-	Reservas de Lucros	80.000	92.880
TOTAL DO ATIVO	1.304.000	1.816.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.304.000	1.816.000

Armas da Paz S.A.	
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Receitas Líquidas de Vendas	1.632.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(1.040.000)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	592.000
(-) Despesas Operacionais	
- Perdas Estimadas com Clientes	(28.000)
- Vendas	(180.000)
- Administrativas	(201.600)
- Depreciação	(48.000)
- Provisão para Riscos Trabalhistas	(80.000)
- Diversas	<u>(16.000)</u>
	(553.600)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	20.000
(-) Despesas Financeiras	(80.000)
Lucro na Venda de Imóveis	40.000
(=) Resultado Líquido	18.400

Sabe-se que, no ano de 2014,

- a empresa não vendeu participações em outras empresas e equipamentos;
- os imóveis foram vendidos à vista em 02/01/2014;
- a empresa pagou metade das despesas financeiras, mas não houve pagamento de principal dos empréstimos;
- a empresa classifica os pagamentos de despesas financeiras nas atividades operacionais.

Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento em 2014 foram respectivamente, em reais,

- (A) 24.000 (negativo), 104.000 (negativo) e 376.000 (positivo).
- (B) 4.000 (negativo) e 84.000 (negativo) e 336.000 (positivo).
- (C) 44.000 (negativo), 84.000 (negativo) e 386.000 (positivo).
- (D) 44.000 (negativo), 84.000 (negativo) e 376.000 (positivo).
- (E) 4.000 (positivo), 124.000 (positivo) e 376.000 (negativo).



58. Uma empresa apresentava, no dia 01/12/2013, um excedente de caixa no valor total de R\$ 3.000.000,00, e decidiu investi-los em ativos financeiros com as seguintes características:

Classificação pela empresa	Valor aplicado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento
Destinados para venda imediata	1.500.000,00	1,0%a.m.	01/12/2015
Mantidos até o vencimento	500.000,00	1,4%a.m.	01/12/2020
Disponível para venda futura	1.000.000,00	1,2%a.m.	01/12/2018

Na data da elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2013, a empresa identificou que os valores justos para estes ativos eram os seguintes:

Classificação pela empresa	Valor Justo (R\$)
Destinados para venda imediata	1.510.000,00
Mantidos até o vencimento	509.000,00
Disponível para venda futura	1.014.000,00

O valor total, a ser evidenciado na Demonstração do Resultado de 2014, correspondente às aplicações efetuadas pela empresa nos títulos acima é, em reais,

- (A) 32.000,00.
- (B) 33.000,00.
- (C) 29.000,00.
- (D) 31.000,00.
- (E) 7.000,00.

59. A empresa Marcas Diversas S.A. apresentava em 31/12/2014 o saldo de R\$ 3.500.000,00 na conta Intangíveis, correspondente a uma patente adquirida no passado. A composição deste saldo era a seguinte:

- Custo de aquisição: R\$ 5.000.000,00.
- Amortização acumulada até 31/12/2014: R\$ 1.500.000,00.

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a empresa realizou o teste de recuperabilidade (“impairment”) para esta patente e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso da patente: R\$ 3.600.000,00.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 3.000.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado para este ativo (patente) no Balanço Patrimonial da empresa Marcas Diversas S.A. em 31/12/2014 foi, em reais,

- (A) 3.600.000,00.
- (B) 3.000.000,00.
- (C) 5.000.000,00.
- (D) 0,00 (a patente não deve ser registrada por ser intangível).
- (E) 3.500.000,00.

60. A empresa Produtos Conscientes S.A. trabalha na comercialização de produtos naturais e apresentou a seguinte demonstração do seu resultado referente ao ano de 2014, com os valores expressos em reais:

Receita Líquida de Vendas	580.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(340.000,00)</u>
(=) Lucro Bruto	240.000,00
(-) Despesas operacionais	
Depreciação	(30.000,00)
Salários	<u>(20.000,00)</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL	190.000,00
(-) IR e CSLL	<u>(42.000,00)</u>
(=) Lucro Líquido	148.000,00

Sabe-se que, quando da aquisição dos produtos que foram vendidos em 2014, estavam incluídos no preço de compra tributos recuperáveis no valor de R\$ 35.000,00. O valor dos tributos incidentes sobre as vendas do ano foi R\$ 120.000,00. Com base nestas informações, o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela Produtos Conscientes S.A. no ano de 2014 foi, em reais,

- (A) 295.000,00.
- (B) 205.000,00.
- (C) 240.000,00.
- (D) 210.000,00.
- (E) 360.000,00.

**Contabilidade Pública**

61. Em 02/02/2015, uma fundação instituída e mantida por um governo estadual emitiu uma guia para pagamento antecipado referente à prestação de um serviço para a empresa Gama com vencimento em 10/02/2015, data em que a empresa efetuou o pagamento na rede bancária credenciada. O valor foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual em 12/02/2015 e o serviço foi prestado pela fundação em 19/02/2015. Neste caso, a receita orçamentária para apuração do resultado de execução orçamentária e a variação patrimonial quantitativa devem ser reconhecidas pela contabilidade, respectivamente, em
- (A) 10/02/2015 e 02/02/2015.
 - (B) 12/02/2015 e 19/02/2015.
 - (C) 10/02/2015 e 19/02/2015.
 - (D) 12/02/2015 e 02/02/2015.
 - (E) 02/02/2015 e 19/02/2015.
-
62. A entrega de material de consumo pelo fornecedor a uma entidade pública, com a respectiva liquidação da despesa e cujo pagamento ocorrerá em 15 dias, gera o seguinte lançamento contábil:
- (A) D – Crédito Empenhado Liquidado
C – Crédito Empenhado em Liquidação
 - (B) D – Controle da Disponibilidade de Recursos
C – Disponibilidade por Destinação de Recursos
 - (C) D – Estoques
C – Fornecedores
 - (D) D – Estoques
C – Caixa e Equivalentes de Caixa
 - (E) D – Estoques
C – Variação Patrimonial Diminutiva
-
63. Em 2014, uma entidade pública realizou gastos com serviços de terceiros/pessoa jurídica referentes à obtenção de um *software* – Ativo Intangível, não integrante de um *hardware*, sendo eles:
- construção do *software* pelo valor de R\$ 11.400.000,00.
 - testes para verificação da adequação do funcionamento do *software* no valor de R\$ 600.000,00.
 - propaganda institucional sobre o *software* no valor de R\$ 500.000,00.
- Em 01/10/2014, data em que o ativo foi colocado em condições de uso e que a entidade iniciou a sua utilização, a estimativa do valor residual do ativo foi zero e da sua vida útil de 10 anos. Considerando estas informações e que, para o cálculo da amortização do ativo, é usado o método linear, a variação patrimonial diminutiva em 2014 foi, em reais,
- (A) 315.000,00.
 - (B) 285.000,00.
 - (C) 1.200.000,00.
 - (D) 800.000,00.
 - (E) 300.000,00.
-
64. Considere as informações extraídas do Balanço Orçamentário, referentes ao exercício financeiro de 2014, de uma entidade pública:
- Previsão Atualizada da Receita: R\$ 9.000.000,00
 - Receita Arrecadada: R\$ 9.500.000,00
 - Despesa Empenhada: R\$ 8.700.000,00
 - Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2014: R\$ 900.000,00
- Considere, ainda, as seguintes transações realizadas no exercício financeiro de 2014:
- Devolução de Depósito Caução: R\$ 500.000,00
 - Pagamento de Restos a Pagar: R\$ 1.450.000,00
 - Reconhecimento do aumento da Dívida Fundada decorrente de juros incorridos: R\$ 60.000,00
- Com base nestas informações, o saldo em espécie em 2014, conforme evidenciado no Balanço Financeiro, foi, em reais,
- (A) reduzido em 250.000,00.
 - (B) aumentado em 250.000,00.
 - (C) reduzido em 1.150.000,00.
 - (D) reduzido em 310.000,00.
 - (E) aumentado em 700.000,00.



65. Uma variação patrimonial
- (A) qualitativa altera o valor total do ativo e do patrimônio líquido concomitantemente pelo mesmo valor.
 - (B) quantitativa diminutiva reduz o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.
 - (C) quantitativa aumentativa aumenta o ativo e têm como contrapartida a redução do passivo pelo mesmo valor.
 - (D) qualitativa pode aumentar um ativo e ter como contrapartida a redução de outro ativo pelo mesmo valor.
 - (E) quantitativa pode aumentar um ativo e um passivo concomitantemente pelo mesmo valor.
-
66. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o montante previsto para as receitas de operações de crédito
- (A) e de alienação de bens, em conjunto, não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes no projeto de lei orçamentária.
 - (B) não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes no projeto de lei orçamentária.
 - (C) e de amortização da dívida, em conjunto, não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes no projeto de lei orçamentária.
 - (D) não poderá ser superior à soma das despesas de capital e de juros e encargos da dívida constantes no projeto de lei orçamentária.
 - (E) não poderá ser superior ao das despesas com inversões financeiras constantes no projeto de lei orçamentária, ainda que tal projeto de lei contenha outras despesas de capital.
-

Atenção: Para responder às questões de números 67 e 68, considere as informações a seguir:

Em 31/12/2014, antes da apuração do resultado patrimonial referente a 2014, uma entidade pública governamental apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos (Valores expressos em milhares de reais):

Contas	Saldo
Adiantamento a Fornecedores	48.000,00
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	12.500,00
Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo	25.000,00
Almoxarifado	124.000,00
Arrendamento Operacional a Pagar	110.000,00
Benefícios Previdenciários a Pagar	156.000,00
Bens Móveis	1.200.000,00
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	90.000,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	8.000,00
Créditos Tributários a Receber	800.000,00
Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo	500.000,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.000,00
Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	60.000,00
Dívida Ativa Tributária	53.000,00
Encargos Sociais a Pagar	380.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	240.000,00
Pessoal a Pagar	450.000,00
Prêmios de Seguros a Apropriar	12.000,00
Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo	282.000,00
Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	500,00
Superávits ou Déficits Acumulados (saldo devedor e referente a exercícios anteriores)	30.000,00
Títulos e Valores Mobiliários	16.000,00
Valores Restituíveis	30.000,00

67. Com base nestas informações, o Ativo Total em 31/12/2014 era, em milhares de reais,
- (A) 2.479.000,00.
 - (B) 2.255.000,00.
 - (C) 2.808.000,00.
 - (D) 2.309.000,00.
 - (E) 2.308.000,00.



68. Com base nestas informações, o Patrimônio Líquido em 31/12/2014 era, em milhares de reais,
- (A) devedor em 30.000,00.
 - (B) credor em 190.000,00.
 - (C) credor em 282.000,00.
 - (D) devedor em 90.000,00.
 - (E) credor em 160.000,00.
-
69. Sobre o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é correto afirmar:
- (A) O lançamento contábil da inscrição de restos a pagar debita uma conta de natureza de informação orçamentária e outra de natureza de informação patrimonial.
 - (B) As contas Uso de Material de Consumo e Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo são contas que possuem saldos predominantemente credor.
 - (C) A classificação das contas do ativo e do passivo para apuração do superávit financeiro é feita por meio da duplicação das contas, sendo uma circulante e outra não circulante.
 - (D) O registro da arrecadação da receita de aluguéis utiliza contas de natureza de informação orçamentária, patrimonial e de controle.
 - (E) O lançamento a débito de uma conta da classe 1 pode ter como contrapartida o lançamento a crédito de uma conta da classe 6.
-
70. De acordo com a NBCT 16.10, para a mensuração do ativo imobilizado após o reconhecimento inicial, salvo disposição legal contrária, a entidade deve escolher o modelo de custo ou de
- (A) reavaliação como sua política contábil e deve aplicar tal política para uma classe inteira de ativos imobilizados.
 - (B) equivalência patrimonial como sua política contábil e deve aplicar tal política para uma classe inteira de ativos imobilizados.
 - (C) equivalência patrimonial como sua política contábil e deve aplicar tal política para todos os ativos imobilizados.
 - (D) reavaliação como sua política contábil e deve aplicar tal política para todos os ativos imobilizados.
 - (E) valor de liquidação como sua política contábil e deve aplicar tal política para uma classe inteira de ativos imobilizados.
-

Administração Pública

71. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, três visões da Administração pública, com razoável grau de intercâmbio entre elas, surgiram do debate sobre a aplicação da administração gerencial, também conhecida como *managerialism*, ao setor público: o *Gerencialismo Puro*, o *Consumerism* e a *Public Service Orientation – PSO*. Sobre o tema, é correto afirmar:
- (A) A *Public Service Orientation – PSO* introduziu a contratualização de resultados no setor público, visando a estimular o controle e avaliação dos serviços públicos.
 - (B) A introdução do *Gerencialismo Puro* na Administração pública teve como principais objetivos reduzir os custos do setor público e assegurar a qualidade dos serviços prestados.
 - (C) Os principais instrumentos gerenciais introduzidos pelo *Consumerism* para alcançar eficiência foram o controle orçamentário e a avaliação de desempenho organizacional.
 - (D) O *Consumerism* introduziu o conceito de qualidade no serviço público, chamando a atenção para a efetividade dos serviços prestados.
 - (E) O *Gerencialismo Puro* substituiu o conceito de consumidor pelo de cidadão e resgatou a participação como mecanismo de transparência.
-
72. A Administração pública burocrática
- (A) caracteriza-se pelo controle rígido, exercido prioritariamente por indicadores de gestão.
 - (B) baseia-se no princípio do mérito profissional e enfatiza a definição de metas para a atuação dos servidores públicos e, conseqüentemente, a sua progressão na carreira.
 - (C) baseia-se no princípio do mérito profissional e enfatiza a importância do cumprimento de regras e procedimentos rígidos.
 - (D) baseia-se no princípio do mérito profissional e atribui grau limitado de confiança aos servidores e políticos, recomendando, para isso, o contrato de gestão.
 - (E) foi adotada em substituição à Administração patrimonial, que distinguia o patrimônio público do patrimônio privado.
-



73. Sobre os modelos de Administração, é correto afirmar:

- (A) A administração por objetivos consiste na definição das responsabilidades das agências governamentais, sendo um dos instrumentos característicos da administração burocrática voltado para a avaliação de desempenho organizacional.
- (B) A descentralização ou desconcentração administrativas visam dar maior autonomia às agências e departamentos públicos.
- (C) A administração gerencial direciona o foco para o cumprimento de regulamentos (normas e códigos de ética) e para a definição clara de objetivos organizacionais e responsabilidades de cada servidor.
- (D) A administração gerencial fundamenta-se em princípios voltados para a centralização e para a observância de procedimentos administrativos detalhados, exercendo controle sobre a atividade dos servidores mediante indicadores de gestão.
- (E) A administração gerencial aumenta os controles financeiros e reduz autonomia à administração empreendedora.

74. O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) compreende o conjunto de iniciativas do Governo Federal para promover a gestão pública de excelência. Sobre a excelência nos serviços públicos, é INCORRETO afirmar:

- (A) As normas ISO definem padrões de um sistema de qualidade e baseiam-se na noção de que determinadas características genéricas relacionadas às práticas gerenciais podem ser padronizadas e melhoradas continuamente.
- (B) O Modelo de Excelência em Gestão Pública foi criado para suprir a carência de padrões de excelência e de certificações para os órgãos públicos à semelhança da Certificação ISO 9001, que estabelece modelos de gestão da qualidade específicos para organizações privadas.
- (C) Modelos de Excelência em Gestão são próprios para a avaliação da gestão de organizações públicas ou privadas. Por meio deles, é possível medir os níveis de gestão das organizações em relação ao estado da arte preconizado.
- (D) A excelência nos serviços públicos envolve a auto avaliação e a melhoria contínua do sistema de gestão.
- (E) O Modelo de Excelência em Gestão Pública adota práticas e tecnologias gerenciais visando a ampliar a capacidade de governança e governabilidade dos órgãos públicos e está alicerçado em fundamentos próprios da gestão de excelência contemporânea, dentre os quais, orientação por processos, aprendizado organizacional e geração de valor.

75. A Lei de Acesso à informação, Lei nº 12.527/2011,

- (A) autoriza o órgão público a fazer exigências ao requerente referente aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- (B) não abrange as entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos.
- (C) não prevê o desenvolvimento do controle social como uma diretriz.
- (D) abrange somente a Administração direta e indireta do Poder Executivo.
- (E) regula como direito obter tanto informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, quanto informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos, entre outras.

76. O controle social

- (A) está inserido nos mecanismos de controle institucional durante o mandato.
- (B) se concretiza por meio da participação dos cidadãos em conselhos, com o objetivo exclusivo de fiscalizar o cumprimento de procedimentos pelos órgãos públicos.
- (C) está compreendido na *accountability* vertical.
- (D) somente é exercido no processo eleitoral.
- (E) refere-se estritamente ao processo de dar transparência aos atos públicos.



77. Sobre o mecanismos de controle social previstos pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que o
- (A) plebiscito deve ser realizado depois da aprovação do projeto de lei.
 - (B) plebiscito deve ser realizado depois da elaboração do projeto de lei para dar subsídios a sua elaboração.
 - (C) referendo deve ser realizado antes da aprovação do projeto de lei para dar subsídios a sua elaboração.
 - (D) referendo deve ser realizado depois da elaboração do projeto de lei.
 - (E) referendo deve ser realizado depois da aprovação do projeto de lei.
-
78. Sobre a adoção e a trajetória das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no setor público brasileiro, é correto afirmar:
- (A) Os programas de governo eletrônico estão associados exclusivamente à melhoria do desempenho das políticas sociais.
 - (B) A adoção do governo eletrônico, na década de 1990, esteve associada à melhoria da prestação dos serviços públicos.
 - (C) As TICs foram adotadas a partir da década de 1990 com o movimento de reforma do Estado.
 - (D) Na década de 1990, a adoção das TICs ainda não estava relacionada ao aumento e fortalecimento do controle social.
 - (E) A adoção mais disseminada das TICs não está associada a um processo de modernização da gestão pública.
-
79. Em 2008, a Organização das Nações Unidas publicou um relatório sobre a evolução do governo eletrônico (In: *UN e-government survey: from e-government to connected governance*. New York: United Nations, 2008). Considere os seguintes estágios da evolução do governo eletrônico:
- I. Governos disponibilizam serviços online, como download de formulários, para pagamento de taxas.
 - II. Governos introduzem mecanismos de interação entre cidadãos e governo, nos quais a transação é *online*.
 - III. Lançamento de *websites* oficiais de órgãos públicos com informações básicas e estáticas.
 - IV. Governos apresentam informações sobre políticas públicas e governança por meio de *links* com arquivos acessíveis aos cidadãos, como leis e relatórios.
 - V. Governos tornam-se entidades conectadas que respondem às demandas dos cidadãos por meio de um escritório de desenvolvimento integrado.
- Os estágios estão ordenados de forma crescente, do estágio mais simples ao mais complexo, em
- (A) IV - III - V - II - I
 - (B) III - IV - II - I - V
 - (C) IV - III - I - II - V
 - (D) III - IV - I - II - V
 - (E) V - III - IV - I - II
-
80. Sobre as formas de controle, é correto afirmar que o controle
- (A) por resultados objetiva assegurar o cumprimento das regras e procedimentos.
 - (B) por resultados enfatiza o cumprimento dos procedimentos visando a assegurar o alcance das metas previstas.
 - (C) social incorpora a participação social aos processos decisórios, embora somente de maneira consultiva.
 - (D) de procedimentos é um instrumento da Administração pública gerencial, na medida em que garante a legalidade.
 - (E) de procedimentos é característica do modelo burocrático, o que pode resultar em morosidade.

**PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II****Instruções:**

Em conformidade com o Capítulo VIII do Edital do Concurso:

- *Será atribuída nota zero à Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, no espaço destinado à redação definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); c) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; fugir ao tema proposto.*
- *Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.*
- *Será considerado habilitado na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)."*

Suponha que em 2014, o Governo do Estado do Ceará idealizou a construção de uma escola especial para pessoas com restrição de mobilidade.

Para tanto, registram-se os seguintes fatos:

- Os recursos para a construção da escola vieram da venda de um prédio de propriedade do Estado, concluída em janeiro de 2014, tendo ocorrido o ingresso da receita dessa alienação de ativo naquele mesmo mês.
- A construção dessa escola não foi contemplada inicialmente no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias nem na Lei Orçamentária Anual, o que obrigou o aditamento desses instrumentos.
- Para a realização da obra foi adotado o pregão, em razão da celeridade dessa modalidade licitatória.
- O valor da obra foi totalmente empenhado em 2014.
- A obra foi concluída e entregue em novembro de 2014.
- Em 31/12/2014, 95% da obra havia sido paga.
- Em 2015 essa operação foi fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE-CE, que verificou que 80% do valor adquirido com a venda do imóvel financiou a construção da escola e os 20% restantes foram utilizados para o pagamento dos salários de servidores da área da educação.

Sobre esses fatos, responda de forma **justificada**:

- a. A não contemplação da obra no planejamento feriu algum princípio orçamentário?
- b. A modalidade licitatória adotada foi adequada ao caso?
- c. No fechamento do exercício, como deve ser feita a regular contabilização dos 5% não pagos até 31/12/2014?
- d. A verificação feita pelo TCE-CE constitui ou não uma irregularidade?
- e. Em qual instrumento de planejamento essa operação de alienação de ativos deve ser detalhada?

(Utilize as linhas a seguir para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	

RASSUNHO



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RA S U N H O